

MINHA DÍVIDA A LORDE KEYNES*

ALBERTO GUERREIRO RAMOS**

Em julho de 1973 já havia delineado com razoável clareza o argumento do meu livro, *A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Naquela data completava um ano de residência na costa leste dos EUA, como *Visiting fellow* e *Visiting professor*, respectivamente na Yale University e na Wesleyan University, e voltava à Universidade do Sul da Califórnia para aí reassumir minhas funções docentes regulares. Mas logo em meus primeiros encontros com estudantes e professores senti que certas tonalidades conceituais de minhas preleções não eram de todo palatáveis a essa audiência. Muitos poucos as acatavam. A maioria de minha audiência era constituída de indivíduos céticos quanto à validade de minhas teses e de outros indivíduos que não escondiam o seu alarme em face do que lhes parecia uma pregação de iconoclastismo. Meu instinto de autopreservação me aconselhava que imediatamente tratasse de desfazer a imagem de iconoclasta que parecia estar projetando perante algumas pessoas cuja estima eu queria conquistar. Foi nessas circunstâncias que, à busca de um mestre e patrono, recorri a Lorde Keynes.

Minha escolha não poderia ter sido mais oportuna. Nos meios acadêmicos convencionais da Inglaterra, Lorde Keynes foi até o limite onde a controvérsia poderia ser admitida. Parece que foi em virtude do insuficiente senso deste limite que, enquanto vivos, Thornstein Veblen e C. Wright Mills jamais lograram, nas universidades em que professaram, o pleno reconhecimento de sua importante contribuição. Sheldon Wolin, também inconformista, aparentemente teve problemas em Berkeley mas, em tempo, dali migrou para Princeton e jamais perdeu o *status* de eminente membro do estabelecimento acadêmico nos EUA. Comparado com estes homens, John Galbraith tem sido o mais astuto inconformista acolhido nos meios acadêmicos convencionais dos EUA, pois, em Harvard, nunca deixou de ser estrela de primeira grandeza. Dali se aposentou glorificado, além de ter tido a honra de ser eleito por seus pares presidente da Associação Americana de Economistas.

Entre 1973 e 1976, eu tinha nítido entendimento de que a *política de reconceituação* requeria uma proficiência em maneiras verbais e conviviais que nem todos os inovadores aprenderam ou se dispuseram a praticar.

* Trabalho divulgado como n.º 12 da série *Cadernos EBAP*.

** Ex-professor na Escola de Administração Pública da Universidade do Sul da Califórnia; ex-professor da EBAP.

Tal como delineada em 1973, a Nova Ciência¹ era um projeto de reconceituação da ciência administrativa e social. Nada mais compreensível que fosse buscar no autor de *Essays in persuasion*² os ensinamentos de que carecia para praticar a arte da controvérsia acadêmica. Minha fascinação por John M. Keynes deve ser qualificada. Meu domínio disciplinar jamais foi a economia e há muito na obra de Keynes que não entendo, por falta de instrução e treinamento específicos nas matérias de que trata. Todavia, parece que entendo o argumento básico de Keynes, em *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*³ e isso, como se verá, é o bastante para explicar a forma que assumiu *A nova ciência das organizações*. A *Teoria geral* influenciou na elaboração deste livro, formal e substantivamente. Alguns detalhes desta influência serão discutidos nos parágrafos seguintes.

Nos estudos de Joseph Schumpeter, reunidos em *History of economics analysis*,⁴ encontram-se dois comentários sobre Keynes particularmente relacionados com o assunto deste depoimento. Schumpeter indaga “o que na mensagem de um homem induz nos outros a disposição de ouvi-lo e porque e como”. A propósito de Keynes, disse também Schumpeter que “a visão dos fatos e dos sentidos precede o trabalho analítico”.⁵ Segundo Schumpeter, a *Teoria geral*, essencialmente, exprime de maneira analítica uma visão que vinha sendo antecipada em *Economic consequences of peace*, *Tract on monetary reform* e *Treatise on money*.⁶

Este último comentário se reveste de particular mérito para mim. Desde 1951 venho, em todos os meus escritos, tentando articular uma só intuição: a de que a ciência social moderna é conceitualmente incipiente, uma ideologia antes que produto do pensamento rigoroso. No prefácio à edição brasileira de *A nova ciência*, focalizo com pormenores este ponto. Mas o outro comentário de Schumpeter sumaria a essência do que, entre 1973 e 1976, desejava aprender lendo as obras de Keynes. Estava animado então pelo propósito de iniciar-me na arte da persuasão, de exercitar-me na retórica acadêmica, adequada para expressar idéias conflitantes com o consenso estabelecido em certo domínio disciplinar, sem provocar oposições fatais ao cumprimento do meu projeto de reconceituação. Naqueles anos já aceitava piamente a advertência de Alfred North Whitehead de que, nas aventuras das idéias, “importa mais que uma proposição seja interessante do que seja verdadeira”.

O tempo dirá em que medida o meu propósito foi atingido. Mas qualquer que seja o veredito que *A nova ciência* venha a merecer, é com sentimento gratificante que declaro minha dívida a Lorde Keynes ao ler, pela primeira vez, como documento público, o meu novo livro. Em sua elaboração em língua inglesa, é evidente, de ponta a ponta, a influência do modelo retórico de Lorde Keynes. Particularmente, o primeiro parágrafo do prefácio de *A nova ciência* é quase uma glosa do capítulo 1 da *Teoria geral*, constituído, aliás, de apenas um parágrafo. Ademais, formalmente, o capítulo final do meu livro tem estrutura seme-

¹ Refere-se o autor ao seu trabalho *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Rio de Janeiro, FGV, 1981.

² Keynes, John M. *Essays in persuasion*. New York, W. W. Norton, 1963.

³ Keynes, John M. *General theory of employment, interest and money*. New York, Harcourt, 1936. Em português, *Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. 2 ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1970.

⁴ Schumpeter, Joseph. *History of economics analysis*. 1954.

⁵ Id. *ibid.*, p. 1.171.

⁶ Keynes, John M. *Economic consequences of peace*. London, St. Martin's Press, 1971; *Tract on monetary reform*. London, St. Martin's Press, 1971; *Treatise on money*. London, St. Martin's Press, 1971.

lhante à do capítulo 24 (final) daquela obra de Keynes. Em outras partes do texto de meu livro é visível a incidência das maneiras lingüísticas de Keynes.

Keynes foi o meu guia na concepção formal de meu livro. Quando, em 1975, o seu rascunho se encontrava em estado final, hesitava entre dois modos de apresentação do meu argumento. Deveria eu apresentar *A nova ciência* provida do máximo possível de ilustração factual de suas teses, ou deveria dar-lhe um caráter de discurso conceitual por excelência? O estudo da *Teoria geral* (elaborada por Keynes em alto grau de abstração) me convenceu de que a segunda diretiva seria mais aconselhada, e decidi firmemente segui-la.

Muitas pessoas leram o manuscrito e, entre elas, a maioria me aconselhava, algumas vezes com veemência, que fosse pródigo na substanciação factual de minhas idéias. O livro já estava quase aceito pela Editora da Universidade de Toronto quando, um dia, recebi correspondência de um de seus competentes revisores, recomendando que lhe acrescentasse um capítulo, descrevendo as inovações institucionais em processo nos EUA e na Europa, que demonstravam a concretude do meu argumento. Resistindo, porém, a aceitar a sugestão, por telefone e em carta ao editor da Universidade de Toronto disse-lhe que o meu livro era dirigido à comunidade acadêmica e esta já por demais conhecia tais inovações. Alegava ainda que o livro ficaria menos perecível quanto mais reduzisse nele a parte consistente em simples crônica de eventos. Em resumo, *A nova ciência* deveria ser, tanto quanto possível, mero discurso teórico. Se este fosse convincente, a longevidade do livro ficaria mais bem assegurada. O editor, aparentemente, acatou o meu ponto de vista e me comunicou a sua decisão final de publicá-lo.

Se invariavelmente aceitei as lições de Keynes como meu tutor em língua inglesa e em estratégia acadêmica, fui, porém, menos receptivo às suas posições como meu instrutor em economia. Mesmo assim, meu diálogo com o texto keynesiano foi de decisiva importância na elaboração substantiva do meu livro. Com efeito, penso ter ali esclarecido que o enfoque de algumas questões de conteúdo na *Teoria geral* está longe de ter assumido o caráter revolucionário que Lorde Keynes pretendeu conferir-lhe, segundo sua declaração explícita em carta a George Bernard Shaw.

Não é possível salvar o fenômeno da economia política sem terminá-la como disciplina, isto é, sem incorporar seus eventuais ensinamentos numa teoria geral da vida humana associada. Lorde Keynes foi um “disciplinariano”, apesar de, como economista, causar espanto e admiração a sua versatilidade intelectual e competência em matérias estranhas à economia. Como os ortodoxos, que aparentemente refutava, Keynes subscrevia a crença de que a economia constitui uma ordem auto-reguladora de fenômenos, dotada de leis próprias e superordenadoras do processo social e institucional. Sua concepção de governo ainda era largamente cativa da doutrina de Adam Smith e dos ortodoxos. Em última análise, como inteligentemente elucida Robert Heilbroner, os investimentos governamentais que propunha como remédio à depressão eram ditados por seu senso de urgência de fazer face a circunstâncias ameaçadoras da sobrevivência do sistema capitalista. Em carta de 1934 ao *The New York Times*, é evidente que interpretava a depressão como resultado de falha temporária do modo normal como reage o funcionamento daquele sistema. Naquelas circunstâncias, proclamou que o “dispêndio governamental anormal é aconselhável”.⁷ Heilbroner observa corretamente que a

⁷ Heilbroner, Robert Louis. *The worldly philosophers; the lives, times and ideas of the great economic thinker*. New York, Simon & Schuster, 1961.

palavra *anormal* é indicativa de que Keynes considerava programas governamentais de investimentos como temporário e eventual expediente de recuperação econômica. Os elementos ortodoxos persistentes no pensamento de Keynes impediam-me de explorar, em caráter sistemático, as conseqüências políticas de suas críticas mais válidas à doutrina clássica.

Com efeito, a *Teoria geral* reelabora um ponto de vista de Keynes formulado em junho de 1930, em sua preleção *Economic possibilities for our grandchildren*. Aí identificava a *nova doença* que afligia a Europa como *desemprego tecnológico*, o qual — explicava — era devido à descoberta de meios de economizar mão-de-obra na produção, em descompasso com a capacidade de encontrar novas usos para a mesma. Mas, dizia Keynes em 1930, “isto é uma fase temporária de mau ajustamento”.⁸ Em 1936, o mesmo fenômeno de desemprego tecnológico lhe inspira uma atitude mais radical, pois a *Teoria geral* recusa a aceitar o postulado da teoria clássica, segundo o qual todo desemprego é, em última análise, voluntário.⁹ Corretamente, Keynes viu na depressão dos anos 30 a elucidação da falácia daquele postulado. Quem — perguntava — vivendo naqueles anos poderia negar o fenômeno do desemprego involuntário?

Meu ponto de vista é que para ser inteiramente conseqüente com esta crítica da teoria clássica, Keynes deveria dar-se conta de que: 1) a subordinação do mercado a prescrições políticas e institucionais deveria ser proclamada, não como expediente ou diretriz temporária, mas como requisito permanente de sanidade econômica; 2) qualquer programa de recuperação econômica deveria ter por objetivo não somente reanimar as atividades do mercado formal, mas também incluir como item definitivo da agenda governamental a mobilização contínua da capacidade produtiva de subsistemas fronteirços e exteriores ao mercado formal. Discutir as razões por que Lord Keynes não derivou de sua crítica estas conseqüências seria o objetivo de fascinante estudo de psicologia da criatividade conceitual, mas certamente esta não é a oportunidade de empreendê-lo.

Os investimentos governamentais que Lord Keynes advogou para remediar o desemprego involuntário foram concebidos em termos puramente economicistas, isto é, o equivalente de uma providência circunstancial para restaurar o mercado como agência determinativa do processo social de criação de riqueza. Como se verá mais adiante, por seu propósito, este tipo de intervenção governamental conflita com o humanitarismo de Keynes e com a análise das necessidades humanas oferecida em sua preleção de 1930.

À luz da teoria alocativa exposta em meu livro, *A nova ciência*, torna-se evidente que o fracasso dos remédios keynesianos nos anos 30 seria inevitável não fosse a ocorrência da II Guerra Mundial que, proporcionando aos governos cêntricos uma *anormal* intensificação e expansão das atividades do mercado, postergou o colapso do sistema econômico clássico. Hoje este sistema encontra-se novamente em cheque e, a menos que o equivalente a uma terceira guerra mundial ocorra (e, neste caso, é a própria civilização que seria ameaçada) nada — se não o que chamo de delimitação do papel alocativo do mercado formal — poderá constituir a base para a construção de um sistema econômico viável.

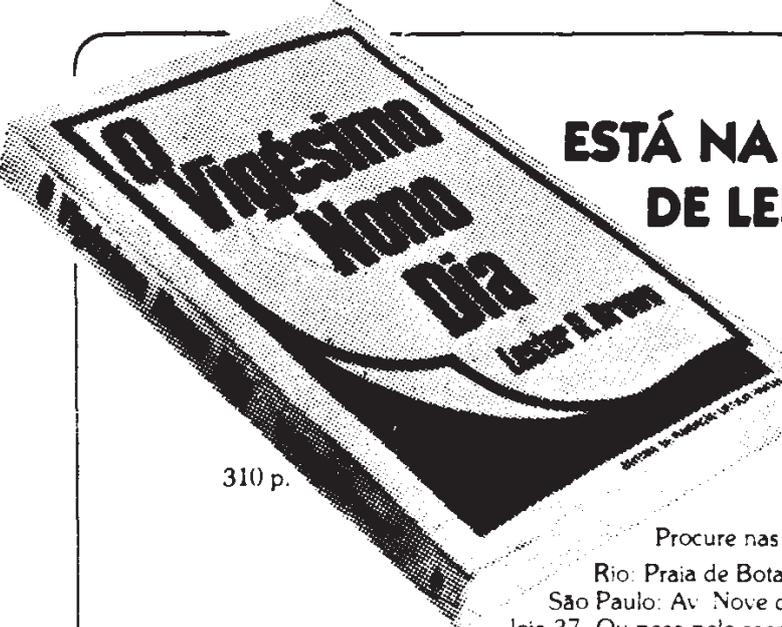
O paradoxo disso tudo reside em que Lord Keynes chegou muito próximo da teoria delimitativa do processo alocativo quando, em 1930, distinguiu entre necessidades absolutas e necessidades relativas. As primeiras o indivíduo as sente em

⁸ Keynes, John M. *Essays in persuasion*. op. cit. p. 325.

⁹ Keynes, John M. *General theory of employment*... op. cit. p. 16.

qualquer situação. As necessidades relativas são radicadas no desejo do indivíduo de sentir-se superior aos outros. E concluía que pode bem cedo ser atingido um momento em que as necessidades relativas seriam satisfeitas e em que as energias humanas seriam mobilizadas para fins não-econômicos. Aqui falhou a visão de Keynes. Com efeito, tal momento já tinha chegado, pelo menos nos EUA dos anos 30, pois a depressão não significou incapacidade do sistema produtivo norte-americano de produzir os bens necessários para satisfazer às necessidades absolutas da população, mas tão-somente a incapacidade do mercado de absorver em empregos formais a população de indivíduos em idade de trabalhar. Além disso, admitir que sem reforma delimitativa do sistema econômico clássico, um dia, no futuro, as necessidades relativas poderiam ser limitadas, constitui errônea especulação, pois as prescrições governamentais keynesianas facilitaram o advento do que Galbraith chama a *soberania do produtor*, cujo requisito é o de que a produção deve ser administrada principalmente para satisfazer necessidades relativas. O problema econômico é, em essência, um problema político, num sentido que Lorde Keynes falhou em compreender.

Apesar de suas limitações teóricas, o texto keynesiano é um marco monumental da história do pragmatismo anglo-saxônio e da elaboração conceitual. Keynes foi um imediatista bem-sucedido: “a longo prazo, todos estaremos mortos”. Seu limitado senso histórico foi suficiente para salvar a sua classe. Mas é ilusão pensar que sua façanha possa ser hoje repetida. A hora é dos limites. Limites do dispêndio governamental e limites de recursos não-renováveis. A personalidade histórica de Keynes está obsoleta. O que é admirável é a mente imaginativa de Keynes diante da qual ainda assumo a atitude de aprendiz.



**ESTÁ NA HORA
DE LER: O 29º DIA**

A ecologia do ponto de vista econômico, político e social.
Uma obra fundamental para quem se interessa pela sobrevivência.

310 p.

Procure nas Livrarias da FGV:
Rio: Praia de Botafogo, 188
São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029; Brasília: CLS 104, bloco A, loja 37. Ou peça pelo reembolso postal.
À FGV/Editora - Divisão de Vendas - Caixa Postal 9052 - CEP 20.000 - Rio de Janeiro - RJ